

Pensando questões de gênero para a História das mulheres

Thinking gender issues for women's History

Soraia Carolina de Mello
Doutoranda, PPGH-UFSC
LEGH
soraiaa.mello@gmail.com

Resumo: Através de leituras teóricas feministas, do campo da história das mulheres e da categoria gênero, busco neste artigo reivindicar, dialogando com meu objeto de pesquisa (que são as discussões feministas sobre o trabalho doméstico nas décadas de 1970-80), uma história das mulheres que parta da análise de gênero. Esta proposta, que acredito que possa soar mais óbvia do que tem sido na prática, busca não somente pensar a noção de história das mulheres como mais plural, como ela tem sido de fato em muitos aspectos nos últimos anos, mas também refletir sobre em que sentidos uma noção mais heterogênea e crítica de história das mulheres pode contribuir e enriquecer os estudos de gênero.

Palavras-chave: relações de gênero, história das mulheres, teorias feministas, trabalho doméstico.

Abstract: Through readings of feminist theoretical studies of the field of women's history and the gender category, I seek to claim in this article, talking with my object of research (which are the feminist debates about housework in the decades of 1970-80), a history of women that depart from gender analysis. This proposal, which I think might sound more than it has been obvious in practice, seeks not only to consider the notion of women's history as more plural, as it has in fact been in many respects in recent years, but also reflect on witch ways a more heterogeneous and critical notion of women's history can contribute and enrich gender studies.

Keywords: gender relations, women's history, feminist theories, housework.

Minha pesquisa é sobre a discussão acerca do trabalho doméstico feminino na imprensa feminista e feminina, no Brasil e Argentina, nas décadas de 1970-80. Nesse sentido, leituras sobre a história das mulheres e a história feita a partir da categoria gênero, como campos distintos de análise, têm me chamado a atenção. Quer dizer, estabeleceram-se dois campos de estudos, intimamente ligados – como se um fosse uma espécie de desdobramento do outro –, mas que em certa medida acabam se opondo.

O termo “história das mulheres” tem sido associado às análises historiográficas cujo objeto central são mulheres, mas sem levar em conta as propostas construcionistas, desconstrucionistas, relacionais e em muitos sentidos contingentes da categoria de análise

gênero. Ou seja, opõe-se o termo “história das mulheres” – apresentado geralmente como uma história social ou sócio-cultural das mulheres, com herança de estudos marxistas ligados à nova esquerda e muito fortes no campo historiográfico – à “história de gênero” ou, melhor colocado, história(s) das relações de gênero, de cerne pós-estruturalista.

Não é necessário exemplificar, a quem possui leituras no campo da historiografia focada nas questões de gênero, que a grande maioria desses trabalhos se trata também de uma história das mulheres. Mas essa dicotomia, que separou os trabalhos historiográficos de uma primeira geração de feministas comprometida a mostrar que as mulheres também têm uma história – em contraponto ao sujeito histórico masculino universal –, de trabalhos preocupados com as construções principalmente culturais de masculinidade e feminilidade, que surgem anos mais tarde entre algumas feministas dessa primeira geração, parece persistir nos estudos históricos feministas ainda em nossos dias.

Minha proposta para este trabalho é, através de algumas leituras teóricas consideradas clássicas – ainda que concernentes à história do tempo presente –, do campo da história das mulheres e da categoria gênero, reivindicar, dialogando com meu objeto de pesquisa, uma história das mulheres que parta da análise de gênero. Essa proposta, que acredito que possa soar mais óbvia do que tem sido na prática, busca não somente pensar a noção de história das mulheres como mais diversificada, como ela tem sido de fato em muitos aspectos nos últimos anos, mas também pensar nos embates acadêmicos que por muito tempo relegaram a história das mulheres a um gueto teórico, e em que sentidos a dicotomia “história das mulheres”/“história das relações de gênero” não vêm ajudando a reproduzir tal gueto.

Não se propõe aqui apagar ou nuançar as diferenças entre uma história social das mulheres e uma história das questões de gênero. O que se busca é, quando as pesquisas de gênero têm como objeto central as mulheres, reclamar o direito de se usar o termo história das mulheres, sempre mostrando de qual perspectiva teórica se parte para fazer tal história, possibilitando assim o entendimento de que o campo “história das mulheres” é mais amplo e plural que a clássica história das mulheres que vem sendo feita com certa constância e aparente homogeneidade desde as décadas de 1970-80.

Historicizar os debates feministas sobre o trabalho doméstico não é fazer história das mulheres?

Considerando que as categorias de análise mulher, mulheres e gênero coexistem em nossos dias e não respondem necessariamente às temporalidades lineares às quais muitas vezes nos apegamos (PEDRO, inédito, p. 03), vale observar de que formas a teoria feminista vem passando, já há décadas mas desde os anos 2000 de forma mais enfática, por uma interessante autocrítica voltada à sua periodização (COSTA(a), 2001; HEMMING, 2009). Entende-se que nos exercícios de sistematização comuns às pesquisas mais amplas sobre algum tema específico, algumas generalizações sejam cometidas. Entretanto, teóricas feministas vêm criticando essas generalizações que por muito tempo cometeram, entendendo que, mesmo sendo conscientes – ou seja, elas admitiam que estavam de alguma forma desconsiderando certos aspectos para poder sistematizar os períodos dos feminismos em Ondas (PEDRO, 2006)¹, por exemplo –, essa periodização acabara se dando de forma que passa uma noção de progresso, uma noção de superação de etapas, uma noção de história linear, a caminho de algo melhor. Uma “narrativa em desenvolvimento”. Essa noção têm sido criticada não só por ignorar os feminismos que não respeitam tal periodização, no sentido de não se encaixarem na divisão de questões, teorias e Ondas por décadas, mas também por ter sido uma periodização muito centrada na teoria feminista anglo-americana, que se em muitos aspectos circulou pelos demais feminismos ocidentais, não o fez de forma unânime. Além disso, a apropriação das teorias feministas anglo-americanas que ocorre em outros países se dá das mais diversas formas, heterogêneas e contingentes, fugindo aos “blocos” de teorias que datam e hierarquizam conceitos como mulher, mulheres e gênero, respectivamente, assim como as sucessivas Ondas feministas.

Clare Hemmings (2009, p. 229) sintetiza essas questões da seguinte forma

Recapitulando: a estória conhecida é assim. O feminismo dos anos 70 é, na melhor das hipóteses, ignorante ou inocente em relação à diversidade racial e sexual; ou então é, de fato, efetivamente excludente através de sua branquidade e heterossexismo. Os anos 90 pós-estruturalistas emergem no outro lado dos anos 80 como paladinos da multiplicidade e da diferença – diferença em geral. A teleologia não poderia ser mais solidamente colocada do que “[n]os anos 80, mudanças que estavam ocorrendo firmaram as bases para a terceira fase da crítica feminista, a que chamo de engendramento de

¹ Essa mesma autora, em PEDRO, J. Op. Cit. (inédito), pg. 10, traz debates de feministas não brancas sobre a noção de ondas, as quais partiriam de um centro irradiador. Nesse sentido, ironicamente pergunta-se se as feministas brancas do “Norte” se consideravam as “inventoras” do questionamento à opressão sexista, criadoras das “ondas irradiadoras” de feminismo.

diferenças” (...). Os anos 70 e 90 aparecem como vultos na frase, apesar de não serem mencionados diretamente. Para que tal teleologia se mantenha, uma série de outros binarismos é sobreposta nessa trajetória linear (diferença sexual/teoria do gênero, singularidade/multiplicidade, empirismo/desconstrução, feminismo/pós-estruturalismo), e diferentes perspectivas dentro da literatura feminista dos anos 70 são esmagadas, apagadas ou consideradas exceções à regra.

Nesse sentido, o que vem sendo criticado é a noção de que a história de gênero seria algo mais novo e teoricamente mais desenvolvido que a história das mulheres, admitindo aí um processo de sucessão evolutiva entre história social e história pós-estruturalista. E essa própria idéia evolutiva também desqualifica a evolução de certo modo, quando liga a história das mulheres a um compromisso político feminista e a história de gênero à despolitização acadêmica. Quer dizer, a “evolução teórica” teria, dentro dessa perspectiva, resultado em afastamento do compromisso político. Clare Hemmings, em seu texto supracitado, “Contando histórias feministas”, publicado no Brasil em 2009, critica particularmente “uma narrativa insistente que vê o desenvolvimento do pensamento feminista como uma marcha incansável de progresso ou perda.” (p. 215)

Essa discussão me é especialmente interessante, principalmente quando se refere à oposição história das mulheres *VERSUS* história de gênero. Meu objeto de pesquisa é a discussão a respeito do trabalho doméstico feminino na imprensa feminista e feminina nos anos 1970-80, no Brasil e na Argentina². Lidando com minhas fontes, que anteriormente, na dissertação (MELLO, 2010), foram basicamente publicações feministas, e agora no doutorado incluem revistas femininas, e partindo de uma perspectiva de gênero, sempre situei meus projetos dentro dos estudos feministas. Mas diante dessas discussões todas me pergunto: o que eu venho fazendo e me proponho a fazer durante a pesquisa do doutorado não é também história das mulheres? A história do feminismo, que foi foco da minha pesquisa de mestrado, não se trata de história das mulheres? História de mulheres específicas, protagonistas políticas, preocupadas com sua condição... sim, como muitas das histórias das mulheres. Mas parece que a preocupação com os embates discursivos, que é presente em meu projeto e foi anteriormente, acabou afastando-o do campo da história das mulheres. Será então a perspectiva teórica na qual me situo, inclusive institucionalmente³, que pode ser acusada

² Projeto de doutorado referenciado na primeira nota, com provável defesa de tese no começo de 2015.

³ Refiro-me, por exemplo, à linha de pesquisa à qual sou integrada, Relações de Poder e Subjetividades, voltada à teoria pós-estruturalista. A linha tem como objetivo refletir sobre as relações de poder presentes na construção de subjetividades e discursos que permeiam as relações sociais na história, a partir de quatro recortes temáticos:

como fator de afastamento das minhas pesquisas da noção de história das mulheres?

Uma das maiores preocupações da minha pesquisa, observando os debates a respeito do trabalho doméstico feminino, é historicizar um fenômeno que muitas vezes é naturalizado pela idéia de que “sempre foi assim”, ou seja, indicar que o trabalho doméstico tem história. Se esta está em muitos sentidos ainda por ser feita, uma história de perspectiva feminista do trabalho doméstico feminino se faz importante para se refletir sobre inquietações atuais em torno do tema, no sentido em que busca observar este tipo de trabalho a partir de uma perspectiva política, feminista. Partindo da aceitação da idéia de que a história tem função notória na politização de grupos e sujeitos, e admitindo que seu uso pode servir tanto a propósitos conservadores quanto transformadores, preocupações de uma historiografia feminista com a questão podem colaborar para uma politização mais ampla da mesma. Entendo ser necessário que cheguemos a um ponto em que haja certo “senso comum” que aceite a divisão de tarefas no lar como uma questão pública e política, e não individual e privada. Por mais que a palavra de ordem *O pessoal é político*, tão utilizada pelos feminismos da segunda metade do século XX, tenha se desdobrado em conquistas das mais plurais para as mulheres nas últimas décadas, a questão do trabalho doméstico muitas vezes parece estagnada, em retrocesso, ou com mudanças muito tímidas (MELLO, 2010).

Apesar da historiografia, em especial em língua portuguesa, não nos trazer com muita frequência questões mais atuais referentes ao trabalho doméstico⁴, são questões presentes no dia a dia das mulheres, e que vêm ganhando espaço com o *boom* de estudos de gênero, com exemplos de estudos de sociologia, economia ou psicologia (exemplos em ARAÚJO e SCALON, 2000; COSTA(b), 2002). Um exemplo desse tipo de discussão, muito atual, e do campo da psicologia, pode ser encontrado no texto de Gabrielle Poeschl, de 2010, o qual afirma que

Os estudos sobre a organização familiar mostram, de forma consistente, que as práticas familiares tradicionais não mudaram significativamente apesar do ingresso em massa das mulheres no mundo do trabalho: as mulheres, com efeito, continuam a contribuir duas a três vezes mais do que os homens para as tarefas domésticas (...). Existem, como é óbvio, variações inter individuais

a) relações de gênero; b) meio ambiente; c) práticas políticas e sociais; d) instituições religiosas e vivências do religioso.

⁴ Como exceção cito NICHNIG, Cláudia Regina. Entre igualdades e diferenças: mudanças nas legislações referentes às mulheres (1975-1985). Dissertação (Mestrado em História), UFSC, 2008. Nesta consta um item intitulado “Por que o trabalho doméstico não é trabalho?”, que discute a questão utilizando inclusive algumas fontes que utilizo.

na divisão das tarefas, que provêm, nomeadamente, da idade, da raça, da educação ou da estrutura familiar. Por exemplo, foi evidenciada uma maior discrepância no contributo dos cônjuges quando as mulheres não têm emprego do que quando têm, ou quando os parceiros são casados do que quando não o são (...)" (p. 29)

Talvez a dificuldade da história no trato da questão esteja relacionada com o caráter privado do trabalho doméstico – e a história da vida privada sempre oferece maiores desafios no que se refere às fontes⁵. Mas é exatamente neste sentido que os feminismos, a partir das décadas de 1960 e 70, com seu slogan *O pessoal é político*, fazem emergir à esfera pública estas questões, e nos possibilitam historicizar, com variada disposição documental, esta emersão. Ou seja, nos possibilitam analisar, utilizando as ferramentas que a história oferece, a maneira como os problemas pessoais das mulheres com o trabalho doméstico tornaram-se reivindicações políticas, bandeiras de luta de diferentes feminismos, que transformaram representações que pareciam atemporais e estáticas das mulheres em relação à domesticidade.

Sendo assim, é partindo de uma inquietação política, de caráter feminista, do presente (Por que, apesar da larga inserção das mulheres no mercado de trabalho formal, e apesar das constantes e profundas críticas feministas à associação entre mulheres e domesticidade, o trabalho doméstico continua a ser, de forma geral, aceito como função feminina?), que proponho minha pesquisa, com o objetivo de, a partir de periódicos feministas e revistas femininas do Brasil e da Argentina, buscar perceber algumas das propostas feministas à questão, sua apropriação pela imprensa de grande circulação voltada às mulheres, e os embates e disputas presentes nos discursos e representações dessas duas vertentes de comunicação no que se refere ao trabalho doméstico.

Portanto, minha inquietação não é apenas em pensar a irrelevância de se separar as esferas política e teórica dentro dos feminismos, mas também pensar em que sentidos perdemos com as divisões marcadas entre história das mulheres e história das relações de gênero. Essa oposição entre política e teoria feminista, aliás, não é recente. Joan Scott nos lembra, em texto publicado em português em 1992, que não faz sentido opor teoria e política, levando em conta que não são esferas absolutamente distintas, pelo contrário, e que “(...) aquelas que insistem que o pós-estruturalismo não pode lidar com a realidade ou que seu foco

⁵ Na antropologia é freqüente a prática de se criar fontes etnográficas, a qual facilita o acesso ao trabalho doméstico como tema de estudo. Na história, processo em algum aspecto semelhante (o de se criar fontes) se dá com entrevistas para história oral. Fontes da cultura material também podem ser um caminho de acesso da história ao trabalho doméstico feminino, mas nenhuma dessas opções seria viável, por exemplo, aos propósitos específicos do meu projeto.

nos textos exclui as estruturas sociais, não compreendeu o ponto principal da teoria.” (p. 94)

Sendo assim, minha intenção aqui não é voltar minha pesquisa para uma história social do trabalho doméstico ou uma história social das donas de casa, e sim pensar em que sentidos os debates sobre representações e problematizações do trabalho doméstico podem ser pensados como história das mulheres. Entendendo que muitas das teóricas feministas que são conhecidas por seus estudos de gênero fizeram parte de uma primeira geração de historiadoras das mulheres, e que contribuíram para firmar esse campo de estudos, não parece fazer sentido separá-las de sua própria história. Quer dizer, a tendência é indicar que elas se deslocaram da história das mulheres para “outro lugar” (os estudos de gênero, o pós-estruturalismo), e não relacioná-las com a história das mulheres (HEMMINGS, 2009, p. 228; 235-6). O fato de se entender as mulheres como uma categoria construída, pensando no sentido de sexo inventado que Laqueur (2001) propõe, não significa negar a sua existência. As protagonistas de tais debates, ao menos do lado feminista, são mulheres. Dentro desta perspectiva, não pretendo abrir mão do conceito de relações de gênero, o que quero é poder reivindicar meu trabalho como história das mulheres baseada na perspectiva de gênero.

Se em algum momento a noção de história das mulheres ficou marcada em uma perspectiva teórica específica, que no caso seria a história social, com toda literatura que temos a esse respeito em nossos dias, temos condições de pensar a história das mulheres como mais plural, flexível e heterogênea. Temos condições de pensar em “histórias das mulheres”, ou “estórias feministas”, como propõe Clare Hemmings (2009, p. 215-6) partindo da *story* em inglês, para utilizar um termo mais contingente que a formal *history*. Penso que uma história das mulheres pós-estruturalista não é impossível, na literatura feminista não encontrei afirmações dizendo que é impossível, mas geralmente não se encontram gênero e história das mulheres juntos nas palavras-chave de artigos acadêmicos – salvo quando gênero é usado como sinônimo (PASSERINI, 2001, p. 98) de mulheres, e não como o conceito construtivista, relacional ou performático proposto e discutido por autoras como Joan Scott (1990), Linda Nicholson (2000) e Judith Butler (2003).

Não é meu objetivo também, com esta discussão, propor, como o fez Carla Bassanezi Pinsky (2009), uma utilização mais operacional do conceito de gênero pela “tradicional história das mulheres”, se podemos chamar assim a história social das mulheres. Minha pretensão deve se aproximar mais daquilo que escreveu Joan Scott (1992), articulando o conceito de gênero dentro da história das mulheres (apesar de eu entender que ele deve ser útil

para além das história das mulheres), passando pelas propostas mais atuais de Clare Hemmings (2009), preocupada com a historicidade dos conceitos feministas, e com o que propõe Claudia de Lima Costa (2002), em reivindicar a história das mulheres, mas não no sentido em que ela surgiu há décadas atrás, e sim levando em conta todas as críticas que ela sofreu desde então. Seria um esforço em retomar e ressignificar estrategicamente a categoria mulheres partindo dessas críticas.

Se entendermos que os debates discursivos são em si práticas (ou ao menos que os discursos produzem ou constituem as diferenças sexuais (CHARTIER, 1995, p. 41) ou de gênero), e que nos debates discursivos as mulheres, que são cultural e historicamente construídas como uma categoria por instituições legais, médicas e jurídicas, existem, não há nenhum sentido em dizer que a teoria pós-estruturalista nega a existência das mulheres. O que se questiona é de que maneiras se determina o que são as mulheres, em que debates e disputas se decide quem são e quem não são mulheres e como, nessas circunstâncias, sua subordinação, exclusão ou desqualificação são enunciadas.

Temos condições de articular as preocupações de gênero com questões “clássicas” da história das mulheres. Temos condições de pensar para além da superação da história no masculino universal, sem negar a importância desta superação. Os paradoxos que os feminismos de forma geral apresentam, inclusive em suas teorias, podem ser observados como características que os tornam flexíveis e versáteis, para poderem atuar em diferentes espaços e se legitimar diante das mais diversas situações, e não como um ponto fraco. Quando Françoise Thabáud (2009, p. 41) se referiu aos atuais estudos feministas de gênero como uma “historização das identidades”, não foi no sentido de marcar a despolitização das teorias feministas, mas de tentar apresentar os desdobramentos dessas teorias em um projeto que, para ela, se por um lado é complexo, por outro é estimulante.

Para terminar, volto novamente a Clare Hemmings (2009, p. 235), quando ela se pergunta “(...) como a teoria feminista poderia gerar uma proliferação de estórias sobre seu passado recente que melhor refletisse a diversidade de perspectivas dentro (e fora) de sua órbita?” Talvez uma maneira de prestarmos mais atenção na diversidade de “estórias” feministas do passado seja estarmos dispostas a nos abrir agora, a diversificar as histórias feministas que nos propomos a fazer no presente. Pensar na viabilidade e na importância da história das mulheres para os estudos de gênero, sem abrir mão das necessárias críticas, mas usando-as para tentar encaminhar nossas pesquisas por caminhos mais plurais, nos quais

diferentes diálogos possam se dar, pode ser uma fértil tentativa de não se ofuscar ou hierarquizar perspectivas, mas dialogar com elas de forma a enriquecer nossos debates. Se o título deste artigo é “Pensando questões de gênero para a história das mulheres”, acho prudente terminá-lo questionando em que aspectos uma noção mais heterogênea e crítica de história das mulheres pode contribuir para os estudos de gênero.

Referências

ARAÚJO, Clara; SCALON Celi (orgs). Gênero, família e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHARTIER, Roger. A história das mulheres, séculos XVI-XVII. Diferenças entre os sexos, e violência simbólica. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.). As mulheres e a História. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995. Pg. 37-44.

COSTA, Cláudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. Cadernos Pagu, (19) 2002: 59-90.

COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. Revista Estudos Feministas. Florianópolis: vol 10, n 2/2002, CFH/CCE/UFSC. Pg. 301-323.

HEMMINGS, Clare. Contando histórias feministas. Revista Estudos Feministas, vol. 17. n. 1, 2009 : 215-241.

LAQUEUR, Thomas. Inventando o sexo. Corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MELLO, Soraia Carolina de. Feminismos de Segunda Onda no Cone Sul problematizando o trabalho doméstico (1979-1989). Dissertação (Mestrado em História), UFSC, 2010.

NICHNIG, Cláudia Regina. Entre igualdades e diferenças: mudanças nas legislações referentes às mulheres (1975-1985). Dissertação (Mestrado em História), UFSC, 2008.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, vol.8, n.º 2/2000.

- PASSERINI, Luisa. Gênero ainda é uma categoria útil para a história oral? In: _____.
A memória entre política e emoção. São Paulo: Letra e Voz. 2011. Pg. 95-106.
- PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978).
Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, vol. 26, nº 52, jul/dez 2006.
- PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia
contemporânea (inédito).
- PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. Revista Estudos Feministas,
Vol. 17, n. 1/2009. Pg. 159-189.
- POESCHL, Gabrielle. Desigualdades na divisão do trabalho familiar, sentimento de justiça e
processos de comparação social. *Análise Psicológica*, (2010), 1 (XXVIII) : 29-42.
- ROCHA, Maria Isabel Baltar da (org). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e
desafios. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto
Alegre, 16(2). Jul/Dez, 1990.
- SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas
perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. Pg. 63-95.
- THÉBAUD, Françoise. Políticas de gênero nas Ciências Humanas. O exemplo da disciplina
histórica na França. *Espaço Plural*. Ano X, n. 21, 2º semestre, 2009. Pg. 33-42.